



DIVERSIDADE E CULTURA DOS POVOS ORIGINÁRIOS: EXPERIÊNCIA FORMATIVA NO PIBID

Querolaine da Silva Lima ¹
Marlene de Souza Duarte ²
Sara Feitoza de Melo ³
Franciana Carneiro de Castro ⁴
Artrida Jeane Cappes Menezes ⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade relatar a experiência com o Projeto Diversidade, com a temática voltada para a cultura e diversidade dos povos originários. Essa experiência foi desenvolvida por meio do Núcleo de Iniciação à Docência/NID na área de Pedagogia da Universidade Federal do Acre/UFAC em uma escola pública parceira do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência//Pibid. O projeto iniciou em abril e terá atividades ao longo do ano de 2025, assim, o foco é compreender a construção da identidade da sociedade brasileira por meio da história, modos de vida, crenças, costumes e cultura, visando a promoção do respeito e valorização à diversidade étnico-cultural. A metodologia de trabalho vem sendo realizada por meio de estudos e pesquisas bibliográficas sobre a temática (Verene e Velanga, 2008; Rocha e Saravalli, 2022; Brasil, 2004 e 2017; Pilnik e Argentim, 2024), construção de materiais didáticos, ações didáticas em sala de aula e apresentações com a participação das crianças. O projeto permitiu aproximar os alunos da cultura indígena por meio de brincadeiras, culinária, histórias e tradições. O que permitiu perceber que a aprendizagem dos alunos sobre a cultura dos povos originários. É fundamental ressaltar a importância dessa temática no Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, tendo em vista os estereótipos criados em torno desses povos e a falta de conhecimento sobre suas culturas. Verificamos que os alunos possuem grande curiosidade sobre essa temática, contudo há pouca ou nenhuma abordagem sobre este assunto em sala de aula. Portanto, essa experiência contribuiu para ampliação do repertório de conhecimento e a importância formativa para prática docente social, consciente, crítica e humanizadora; além de estarmos construindo uma relação com a diversidade cultural de nossa sociedade.

Palavras-chave: Povos originários, Diversidade e Cultura, Experiência.

1 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre – UFAC, querolaine.lima@sou.ufac.br;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre – UFAC, marlene.duarte@sou.ufac.br;

3 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre – UFAC, sara.feitoza@sou.ufac.br;

4 Professora Orientadora: Doutora do Centro de Educação, Letras e Artes – UFAC, franciana.castro@ufac.br;

5 Professora Supervisora: Graduada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre – UFAC, jecappes15@gmail.com.



INTRODUÇÃO

No contexto da diversidade cultural, os estudos sobre os povos originários tornam-se essenciais para compreender a formação da sociedade brasileira, marcada por sua pluralidade histórica, crenças, modos de vida e tradições. A experiência formativa relatada neste trabalho foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), por meio do Núcleo de Iniciação à Docência/NID da área de Pedagogia da Universidade Federal do Acre (UFAC), tendo como parceria uma escola pública estadual que oferta os Anos Iniciais do Ensino Fundamental I, no município de Rio Branco/Acre.

O presente trabalho é referente aos estudos que realizamos com base na primeira ação do PIBID na escola, o mapeamento do cotidiano escolar, tendo como objetivo realizar um levantamento sobre a escola em relação à sua organização física e estrutural, didática-pedagógica, gestão e projetos que desenvolve. Nesse ínterim, observamos que a escola não desenvolve projetos que dialogam com a realidade da Amazônia Acreana.

Assim, elaboramos e executamos o Projeto Diversidade, que tem como objetivo principal refletir sobre a diversidade étnico-cultural da população brasileira, em particular do estado do Acre, visando promover o respeito e a valorização da identidade cultural para que possamos desenvolver uma prática social consciente, crítica e humanizadora. Este projeto busca desconstruir os estereótipos e a ausência desta temática no espaço escolar, proporcionando aos alunos experiências por meio das brincadeiras, narrativas e outras expressões culturais dos povos originários, construindo assim uma educação inclusiva e emancipadora.

A necessidade de se abordar a história e a cultura desses povos tornou-se um marco importante, principalmente no que tange a educação brasileira. A Lei nº 11. 645 de 10 de março de 2008, “[...] torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da rede de ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas quanto privadas.[...]” (BRASIL, 2008). Apesar de termos alguns marcos legais que valoriza a cultura e a história desses povos no contexto educacional, há uma grande lacuna no que realmente está na lei e o que se trabalha na escola, pois a escola ainda carrega grandes estereótipo, como por exemplo a data do dia 19 de Abril, as crianças são caracterizadas de indígenas com





pinturas, dentre outros adereços, reforçando estigmas racistas e coloniais, desvalorizando a diversidade dos povos originários e banalizando suas histórias de luta e resistência, uma vez que ensinar a criança a história desses povos ajuda a entender a sua própria história, visto que há uma grande pluralidade de povos no Brasil.

Nesse contexto, o PIBID tem um papel fundamental para a desconstrução desse estigma, pois através dos projetos que são elaborados e apresentados na escola, as crianças aprendem sobre a diversidade de povos de maneira criativa e descontraída promovendo o diálogo e aprendizagem sobre os contextos históricos. A intenção também é formativa, porque precisamos estudar e compreender essa estrutura estereotipada que aprendemos ao longo da nossa escolarização - que os indígenas são preguiçosos e selvagens, entre outros termos usados para descrevê-los.

Esse relato reflete como a ação educacional nas escolas ainda têm essa visão colonialista, evidenciando o quanto é desafiador desconstruí-la sendo uma educação reprodutora da visão colonial e não emancipadora. Desde a colonização dos portugueses no Brasil, sob a forte influência dos portugueses, em especial, a implementação da religião católica apostólica romana por meio da Companhia de Jesus no Brasil teve início com a chegada dos jesuítas em 1549 à Bahia, no início do período do Brasil Colônia (1500–1815). Os jesuítas tinham como objetivo “civilizar” os povos nativos por meio dos preceitos do cristianismo desprezando a cultura desses povos, o público-alvo dos jesuítas eram, sobretudo, as crianças, devido à resistência dos adultos.

Dessa forma, evidencia-se como a educação desde a chegada dos portugueses teve um papel reprodutor do pensamento colonizador, impondo sua cultura sobre os povos que já existiam no Brasil. Assim, realizar atividades escolares por meio de um currículo que conte a verdadeira história do país e do Acre, bem como implantar de fato os marcos históricos e legais. Essa luta ainda é urgente e necessária para resgatar a vida em direito.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência vinculado ao NID/Pedagogia/PIBID. A metodologia de trabalho vem sendo realizada por meio de estudos e pesquisas bibliográficas





sobre a temática (Verene e Velanga, 2008; Rocha e Saravali, 2022; Brasil, 2004 e 2017; Pilnik

e Argentin, 2024). Além desses estudos, analisamos a Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. O projeto vem sendo realizado nas três escolas parceiras do PIBID, tem como objetivo principal de refletir sobre a diversidade étnico-cultural da população brasileira, visando promover o respeito e a valorização da identidade cultural para que possamos desenvolver uma prática social consciente, crítica e humanizadora.

Para desenvolver esse projeto, realizamos reuniões de planejamento para discussão dos métodos a serem utilizados, chegando ao consenso do que abordaremos. Assim, preparamos a primeira etapa do projeto por meio da confecção de materiais didáticos-pedagógicos, ações didáticas em sala de aula e apresentações com a participação das crianças. Para isso, listamos alguns itens para abordagem, tais como brincadeiras, culinária, histórias, diversidade, músicas e cultura, a partir dessas ideias iniciamos a construção das atividades, buscando metodologias adequadas, materiais e quais objetivos iríamos ter em cada trabalho desenvolvido. A execução da primeira etapa do projeto foi realizada com muita atenção e pesquisa, visando o melhor entendimento e aprendizado das crianças de forma geral sem perder o lúdico e o encantamento nas apresentações.

Iniciamos as apresentações trabalhando o tema: “Diversidade: Povos Originários”, momento em que fizemos abordagem envolvendo livros, contextualização histórica dos povos, fizemos brincadeiras com materiais diversos, envolvemos as turmas na contação de histórias e por meio dessa iniciativa das crianças puderam vivenciar um pouco do que tínhamos proposto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este relato de experiência fundamenta-se nas discussões na diversidade cultural dos povos originários no contexto educacional brasileiro, com a finalidade de desconstruir estereótipos acerca desses povos que por vezes têm por base uma educação com uma visão





colonialista. Essa visão, conforme afirma Munduruku (2017 apud ROCHA; SARAVALI, 2020), é fruto de um imaginário social construído a partir de um olhar colonizador, que

desconsidera a pluralidade cultural, linguística e territorial existente entre os diferentes povos. Segundo o autor,

[...] reproduzimos um pensamento sobre os povos originários de nosso País, repetido à exaustão, que revela o quanto não sabemos sobre os indígenas e suas especificidades culturais. Sentindo na própria existência as ideias estereotipadas sobre sua etnia, o autor conta que, quando criança, sentia vergonha de sua identidade, ao ouvir menções a indígenas como canibais, preguiçosos, selvagens, entre outros. (MUNDURUKU, 2017, apud ROCHA; SARAVALI, 2020, p.79)

Nesse sentido, a introdução dessa temática na escola, representa um grande avanço no contexto educacional, tendo em vista o marco legal da Lei de nº 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares.

De acordo com o Art. 26, em seus parágrafos diz que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008)

Contudo, como destacam Verene e Velanga (2008), há um certo distanciamento na efetivação daquilo que é previsto por lei e o que é ensinado na escola, o que impede a formação de uma consciência crítica e multicultural nos alunos. Desse modo, o desafio está em desenvolver uma educação que venha valorizar e reconhecer os povos indígenas como sujeitos históricos que continuam a colaborar para o desenvolvimento do Brasil com seus valores e saberes.

Pilnik e Argentim (2024), abordam sobre como o saber da cultura indígena se manifesta no seu dia a dia por meio da culinária que se conecta à natureza, espiritualidade e sua herança cultural, por meio dessas práticas esses povos representam sua herança cultural como forma de resistência às transformações sociais que vêm ocorrendo na sociedade. Essa compreensão nos permite refletir uma educação mediadora que valoriza os saberes





tradicionais dos povos indígenas como parte fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem.

Diante disso, o PIBID, nos permite vivenciar a realidade escolar articulando teoria e prática e, com isso, contribuindo para o rompimento de estigmas e preconceitos históricos. Dessa forma, essa experiência contribui significativamente para a nossa formação, ao possibilitar a compreensão do contexto educacional no âmbito escolar como um espaço plural e diversificado, construindo práticas pedagógicas reflexivas que valorizem e respeitem a diversidade cultural (BRASIL, 2004; 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a realização do projeto “Diversidade: Povos Originários” foi possível observar e analisar os diferentes pontos de vista dos alunos sobre a cultura indígena, bem como reforçar o compromisso com a formação docente. A partir disso identificamos dois aspectos a serem discutidos: (1) o despertar do interesse e curiosidade dos alunos em conhecer a diversidade dos povos originários e (2) a valorização da diversidade étnico-cultural na formação docente.

Interesse e curiosidade dos alunos

As ações pedagógicas realizadas no projeto, como contação de histórias, exposição de instrumentos e objetos simbólicos, alimentos típicos e brincadeiras, possibilitaram aos alunos uma aproximação concreta com a cultura indígena, no qual passaram a demonstrar maior interesse e curiosidade. Ao vivenciarem essas experiências, os alunos perceberam que essa cultura está presente em diversos aspectos do cotidiano e que vai muito além das representações reproduzidas nas escolas, possibilitando-os a terem uma nova percepção sobre os povos originários, valorizando seus saberes, tradições e modos de vida como parte fundamental da identidade brasileira.

Como defendem Rocha e Saravali (2022), o contato direto com práticas culturais autênticas contribui para a formação de uma consciência crítica e multicultural, os estudantes compreenderam que esses povos continuam existindo, resistindo e contribuindo para a



sociedade, o que reforça a relevância do ensino desta temática desde os anos iniciais, conforme dita a Lei nº 11.645/2008.

Durante o desenvolvimento das atividades do projeto, o interesse e o envolvimento dos alunos despertou a curiosidade para aprender, além da sua identificação cultural. Apresentamos assim, a figura 1 que demonstra uma parte dessas atividades.

Figura 1 - Participação dos alunos nas atividades do projeto



Fonte: Acervo do NDI da área de Pedagogia/Pibid/Ufac

O registro fotográfico auxilia nas memórias, mas não revela o aprendizado significativo realizado por meio das atividades colaborativas entre professores, alunos e bolsistas, porque as memórias desse projeto permitiram a todos que participaram, sentimento de pertencimento. Outra questão importante, é o nosso processo formativo nesta temática.

Valorização da diversidade étnico-cultural

A elaboração e participação no projeto, nos proporcionou uma reflexão profunda sobre a importância de incluir esta temática na prática pedagógica, as vivências em sala de aula e o contato direto com os alunos permitiram repensar concepções prévias e reconhecer a relevância de uma abordagem educativa que valorize a diversidade étnico-cultural como parte essencial da identidade brasileira.



Esse processo contribuiu para aprofundar a compreensão sobre o papel do professor como mediador de respeito, da equidade e do diálogo intercultural. O projeto potencializou o fazer docente, evidenciando que trabalhar a diversidade na educação básica constitui um caminho essencial para construir uma prática pedagógica crítica, humanizadora e socialmente comprometida com a transformação dos alunos. Na figura 2 apresentamos os materiais que foram produzidos e utilizados na exposição de troca de saberes entre alunos e bolsistas.

Figura 2 - Produção e exposição de materiais do projeto



Fonte: Acervo do NDI da área de Pedagogia/Pibid/Ufac

A partir dessas observações foi possível constatar que as práticas pedagógicas que promovem o contato direto com a cultura indígena despertam o interesse e a curiosidade dos alunos, favorecendo uma compreensão mais ampla e crítica sobre a diversidade étnico-cultural presente na sociedade brasileira, além disso, o desenvolvimento do projeto evidenciou a importância da formação docente orientada para a valorização da pluralidade cultural.

Dessa forma, os resultados indicam que a integração de ações pedagógicas que promovam experiências concretas e significativas com a cultura dos povos originários





contribui tanto para a construção do conhecimento dos alunos quanto para a consolidação de uma prática docente mais consciente, reflexiva e pautada no respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente escolar é marcado por interações significativas que marcam o processo de aprendizagem e construção de saberes. Nesse sentido, a vivência desenvolvida por meio do projeto “Diversidade: Povos Originários”, vinculada ao NID/Pedagogia/PIBID, torna-se indispensável para o nosso processo de formação, levando-nos a desenvolver práticas que respeitem e valorizem a diversidade e cultura dos povos indígenas.

Por meio desse projeto, foi possível observar o interesse e a curiosidade dos alunos em conhecer a história, cultura e os modos de vida desses povos, o que nos deu a oportunidade de desconstruir estereótipos e preconceitos acerca destes. O projeto permitiu aproximar os alunos da cultura indígena por meio de brincadeiras, culinária, histórias e tradições. O que permitiu perceber a aprendizagem dos alunos sobre a cultura dos povos originários.

A importância de trabalhar essa temática nas escolas, vai muito além de uma data comemorativa, exige um compromisso ético e pedagógico com a diversidade e pluralidade étnica e cultural do Brasil, valorizando a história, luta e a resistência desses povos. Este projeto evidencia que o trabalho educativo pautado na diversidade cultural, torna-se indispensável para se construir uma educação emancipadora e reafirma a importância de valorizar e respeitar as diferentes culturas e saberes para a construção de uma sociedade mais igualitária, garantindo a efetivação da Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares.

Desse modo, o projeto realizado na escola é de extrema importância, pois é nesse ambiente onde podemos construir, junto às crianças, novos saberes e mostrar, por meio da ludicidade, a cultura dos povos originários. Assim, as crianças passam a conhecer a história do lugar onde vivem, valorizando a diversidade de saberes. Por esse motivo, o PIBID é essencial, pois, através desse programa é possível criar projetos e trabalhar a diversidade nas escolas, promovendo uma educação mais inclusiva. Essa experiência nos leva a refletir sobre a temática e a unir teoria e prática, possibilitando vivências únicas, é por meio da educação





que podemos construir uma sociedade mais reflexiva, com sujeitos críticos que respeitem a diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional para incluir, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/CNE, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

PILNIK, M. S.; ARGENTIM, T.. Etnoculinária do povo indígena Huni Kuin do Jordão, Acre: conhecimentos, práticas e transformações alimentares na Amazônia ocidental brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 19, n. 2, e20210078, 2024. DOI: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0078.

ROCHA, I. A. de A.; SARAVALI, Eliane Giachetto. Identidade, diversidade e cultura dos povos indígenas: pesquisa-ação com estudantes do ensino fundamental. **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 31, n. 67, p. 75–97, jul./set. 2022. DOI: <https://dx.doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2022.v31.n67.p75-97>

VENERE, M. R.; VELANGA, C. T.. A criança indígena e a educação infantil: as complexas relações entre a cultura e a escola na cidade. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 8, n. 15, p. 175–191, jul./dez. 2008.

